

JUDICIÁRIO

Desafio de combater fake news

Ministros Edson Fachin e Alexandre de Moraes são escolhidos para comandar o Tribunal Superior Eleitoral no ano das eleições gerais

» LUANA PATRIOLINO
» RAPHAEL FELICE

Os ministros Edson Fachin e Alexandre de Moraes vão comandar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a partir de fevereiro de 2022, quando se encerra o mandato do atual presidente, Luís Roberto Barroso. A eleição dos dois ocorreu na sessão de encerramento do ano judiciário. Fachin ficará à frente da Corte até 17 de agosto. A partir daí, assumirá Moraes, que dirigirá o tribunal durante as eleições. Os principais desafios para os magistrados serão o combate à disseminação de notícias falsas nas redes sociais e os ataques às urnas eletrônicas.

Moraes é relator do inquérito das fake news, em andamento no Supremo Tribunal Federal (STF). Em outubro, ele chegou a afirmar que “se houver (em 2022) repetição do que houve em 2018, haverá cassação e prisão”.

A declaração foi um recado ao presidente Jair Bolsonaro, durante pronunciamento no julgamento da cassação da chapa formada pelo chefe do Executivo e o vice Hamilton Mourão. Por unanimidade, a Corte arquivou as ações que pediam a impugnação dos vencedores do pleito de 2018, por conta de disparo de mensagens em massa.

Para especialistas, o TSE terá de assumir um papel de protagonismo no enfrentamento às notícias falsas. “Vai precisar adotar medidas contra a guerra que vai ser travada nas redes sociais durante o período eleitoral: fake news, ataques, destruição de reputações, uma guerra suja, orquestrada, uma guerra, principalmente, do **governo Bolsonaro**, que já mostrou, nas últimas eleições, que isso existe, existe gabinete de ódio”, destacou o cientista político Leonardo Queiroz Leite, doutor em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo.

Gilmar Félix/secom/TSE



Fachin tomará posse como presidente do TSE em fevereiro e ficará no cargo até agosto, quando Moraes assumirá o comando

Ataques sem provas

Um relatório da Polícia Federal afirmou, na última quinta-feira, em manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), que o presidente Jair Bolsonaro (PL) teve uma atuação “direta e relevante” na disseminação de notícias falsas sobre as urnas eletrônicas. A apuração teve início a partir de uma live em que o chefe do Executivo prometeu apresentar evidências de fraude nas urnas, assumindo, em seguida, não ter prova concreta.

Na avaliação do cientista político André César, da Hold Assessoria Legislativa, outro fator de relevância são os ministros presidentes da Corte em 2022. “O TSE vai ser testado ao limite de sua capacidade de ação efetiva. O tribunal é um dos principais alvos do bolsonarismo”, frisou. “Fachin e Moraes, ao lado do Barroso, são o alvo principal do bolsonarismo. Eles vão ser pressionados o tempo todo e vão ter de mostrar a que vieram, sem deixar o TSE cair em descrédito com a sociedade.”

Resistência

Na sessão de ontem, Barroso abordou os ataques sofridos pela democracia brasileira ao longo de 2021. Para o presidente do TSE, as instituições resistiram à ameaça da desinformação e à disseminação de ódio na internet. “O atraso rondou nossas vidas ameaçadoramente”, frisou.

Segundo Barroso, o debate público, nesse período, foi manchado muitas vezes pela mentira, pela desinformação e pelo ódio. “O saldo positivo de tudo o que

passamos é que as instituições resistiram e afastaram o fantasma do retrocesso, da quebra da legalidade constitucional, das aventuras autoritárias que sempre terminam em fracasso”, destacou. “Ao longo do ano, tivemos de gastar imensa energia debatendo as questões erradas. Discutimos não retornar ao voto de papel, quando precisávamos estar discutindo, em matéria eleitoral, a democratização dos partidos, que não podem ter donos ou comissões provisórias eternizadas”, sustentou o ministro.

Ele citou o processo de aquisição e produção de 225 mil unidades do novo modelo das urnas eletrônicas, que serão usadas pela primeira vez nas eleições gerais de 2022, com cerca de 350 mil equipamentos dos modelos anteriores.

O magistrado ainda anunciou a celebração de um convênio com a Universidade de São Paulo (USP) para o desenvolvimento de novos protótipos de urna eletrônica que sejam mais modernos e de produção mais barata.

Fux: em 2021, “a democracia venceu”

Sem citar nomes, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, mandou uma série de recados ao governo federal, ontem, na sessão de encerramento do ano no Poder Judiciário. O magistrado afirmou que a Corte valorizou a ciência e foi alvo de ameaças.

“No segundo ano da pandemia, este Supremo Tribunal Federal novamente priorizou processos que visavam a salvar vidas e a garantir a saúde dos brasileiros, sempre valorizando a ciência e rechaçando o negacionismo”, enfatizou.

O magistrado também destacou que o tribunal estará atento às necessidades do Brasil e que ameaças retóricas e reais em 2021 foram combatidas e enfrentadas. “Não é demais lembrar, todavia, que esta Suprema Corte seguirá sempre atenta às necessidades do Brasil neste próximo ano, estando pronta para agir e para reagir quando preciso

for, sempre respeitando e fazendo respeitar as leis e a Constituição”, disse.

De acordo com Fux, mesmo diante de ameaças, o STF continuou comprometido com a Constituição e mostrou que os brasileiros continuam ao lado do tribunal, mesmo nos momentos “mais tormentosos”, com “ameaças mais duras” às instituições democráticas.

“Ao longo do último ano, esta Suprema Corte e o Poder Judiciário enfrentaram ameaças retóricas, que foram combatidas com a união e a coesão de seus ministros, e ameaças reais, enfrentadas com posições firmes e decisões corajosas desta Corte”, declarou.

Desde que assumiu a Presidência da República, Jair Bolsonaro (PL) tem travado embates com o STF. O chefe do Executivo afirma que a Corte atua em causas que são de competência de outras esferas. O auge da



Esta Suprema Corte seguirá sempre atenta às necessidades do Brasil neste próximo ano, estando pronta para agir e para reagir quando preciso for”

Luiz Fux, presidente do STF

crise entre os Poderes foram as manifestações antidemocráticas do 7 de Setembro. Os protestos pediam expressamente o fechamento do STF e a destituição de todos os ministros da Corte.

Para o cientista político André Rosa, Bolsonaro tem um discurso autoritário, mas suas ações

ainda não podem ser consideradas ameaças à democracia. “Não há embasamento científico para fazer uma correlação entre o discurso do Bolsonaro e um risco à democracia. Ele está longe de ser um ditador. Bolsonaro tem, sim, um discurso autoritário, mas ele nunca mostrou nenhum alicerce que pudesse colocar isso adiante”, observou.

O também cientista político Valdir Pucci faz coro ao colega. “Eu não vejo a democracia no Brasil que tenha sido ameaçada. Agora, é claro, deve-se observar, para que pequenos atos antidemocráticos não criem raízes e não possam, a partir daí, criar o cenário ideal para uma ameaça à democracia. Eu vejo que o recado do Fux foi nesse sentido”, pontuou.

Com o recesso do Judiciário, os tribunais funcionarão em regime de plantão. Os presidentes das casas deverão julgar apenas casos urgentes. (LP e RF)

Rosinei Coutinho/SCO/STF



O discurso de Fux ocorreu no encerramento dos trabalhos neste ano

10 Novas Unidades Básicas de Saúde em 2 anos.



UBS Planaltina



UBS Fercal



UBS Mangueiral



UBS Samambaia



UBS Sobradinho II